

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 175-B, DE 2024

(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 175-A, DE 2024, que "Dispõe sobre a proposição e execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual e dá outras providências."

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

- I Autógrafos do PLP 175-A/2024, aprovado na Câmara dos Deputados em 05/11/2024
- II Substitutivo do Senado Federal

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 175-A DE 2024

Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º A proposição e a execução das emendas parlamentares à despesa, no âmbito da lei orçamentária anual da União, observarão o disposto nesta Lei Complementar, nos termos dos incisos I e III do § 9º do art. 165 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O regramento disposto nesta Lei Complementar é imperativo para as leis orçamentárias previstas na Constituição Federal, bem como para a interpretação e a aplicação dos demais instrumentos normativos sobre a temática.

CAPÍTULO II DAS EMENDAS DE BANCADA

Art. 2° As emendas de bancada estadual de que trata o § 12 do art. 166 da Constituição Federal somente poderão destinar recursos:

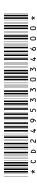
I - a projetos de investimentos estruturantes,observado o seguinte:





- a) é vedada a designação genérica de programação que possa contemplar projetos de investimentos de obras distintas para múltiplos entes ou entidade privada, ressalvados os projetos para região metropolitana ou região integrada de desenvolvimento, cujas emendas deverão identificar de forma precisa o seu objeto no âmbito de seu Estado;
- b) são considerados projetos de investimentos estruturantes aqueles definidos na lei de diretrizes orçamentárias ou registrados nos termos do § 15 do art. 165 da Constituição Federal; e
- c) é admitida a destinação de recursos para outra unidade da Federação, desde que se trate de projetos de amplitude nacional;
- II a demais ações e equipamentos públicos prioritários para a unidade da Federação representada pela bancada, observado o seguinte:
- a) é vedada a apresentação de emendas cuja programação possa resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada, ressalvadas as transferências para os fundos municipais de saúde;
- b) é admitida a destinação de recursos a outra unidade da Federação, desde que se trate da matriz da entidade e que ela tenha sede em Estado diverso do Estado da bancada onde será realizada a aquisição de equipamentos ou a realização dos serviços;
- c) na hipótese em que a programação da emenda de bancada seja divisível, não pode cada parte independente

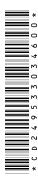




ser inferior a 10% (dez por cento) do valor da emenda, salvo para atendimento em ações e serviços públicos de saúde; e

- d) são consideradas ações prioritárias aquelas cujos recursos sejam destinados às seguintes políticas públicas:
 - 1. de educação;
 - 2. de saneamento;
 - 3. de habitação;
 - 4. de saúde;
 - 5. de adaptação às mudanças climáticas;
 - 6. de transporte;
 - 7. de infraestrutura hídrica;
- 8. de infraestrutura para desenvolvimento
 regional;
 - 9. de infraestrutura e desenvolvimento urbano;
 - 10. de segurança pública;
 - 11. de turismo;
 - 12. de esporte;
 - 13. de agropecuária e pesca;
 - 14. de ciência, tecnologia e inovação;
 - 15. de comunicações;
- 16. de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres;
 - 17. de defesa;
- 18. de direitos humanos, mulheres e igualdade racial;
 - 19. de cultura;
 - 20. de assistência social; e





- 21. outras políticas públicas, a serem definidas na lei de diretrizes orçamentárias do respectivo exercício.
 - § 1° Considera-se parte independente:
- I a compra de equipamentos e material
 permanente por um mesmo ente federativo;
- II a compra de equipamentos e material permanente, desde que possa ser executada na mesma ação orçamentária; e
- III as despesas com custeio, desde que possam
 ser executadas na mesma ação orçamentária.
- § 2° Os órgãos e unidades executores de políticas públicas publicarão, até 30 de setembro do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual:
- I os projetos de investimento, por Estado ou pelo Distrito Federal, com as estimativas de custos e informações sobre sua execução física e financeira;
- II os critérios e as orientações para a execução dos projetos e das ações prioritárias, que deverão ser observados em todas as programações discricionárias do Poder Executivo.
- § 3° Os Estados e o Distrito Federal poderão encaminhar à comissão mista prevista no § 1° do art. 166 da Constituição Federal plano de modernização e renovação de obras e equipamentos, com as estimativas de custos e quantitativos para seus Municípios e entidades públicas.
- § 4° Compete à respectiva bancada estadual enviar as informações de custo, o objeto e a localização geográfica dos projetos e das ações ao Poder Executivo para





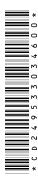
a promoção do registro de que trata o § 15 do art. 165 da Constituição Federal.

- Art. 3° Serão apresentadas e aprovadas por bancada estadual até 8 (oito) emendas.
- § 1º É vedada a individualização de emenda ou de programação para atender a demanda ou a indicação de cada membro da bancada.
- § 2° As indicações serão de responsabilidade da bancada, mediante registro em ata, e deverão ser encaminhadas aos órgãos executores e publicadas pela comissão mista prevista no § 1° do art. 166 da Constituição Federal.
- § 3° Em conformidade com o disposto no § 20 do art. 166 da Constituição Federal, não serão computadas no limite de que trata o *caput* deste artigo as emendas de bancada estadual, até o máximo de 3 (três) emendas, que se destinem à continuidade de obras já iniciadas, até sua conclusão, desde que tenham objeto certo e determinado e constem do registro de que trata o § 15 do art. 165 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III DAS EMENDAS DE COMISSÃO

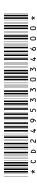
Art. 4° Somente poderão apresentar emendas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, observadas suas competências regimentais, para ações orçamentárias de interesse nacional ou regional.





- § 1º As emendas de que trata o *caput* deste artigo deverão identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar ações orçamentárias distintas.
- § 2° Os órgãos e unidades executores de políticas públicas publicarão, até 30 de setembro do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual, os critérios e as orientações para a execução das programações de interesse nacional ou regional, que deverão ser observados em todas as programações discricionárias do Poder Executivo.
- § 3° O disposto no § 1° deste artigo não se aplica à execução das emendas parlamentares da Lei Orçamentária Anual de 2024.
- § 4° A destinação das emendas de comissão para ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), observados as orientações e os critérios técnicos indicados pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS), que deverão ser considerados em todas as programações discricionárias do Poder Executivo.
- Art. 5° As indicações das comissões, nos termos regimentais, terão o seguinte rito:
- I após a publicação da lei orçamentária anual, cada comissão receberá as propostas de indicação dos líderes partidários, ouvida a respectiva bancada partidária, as quais deverão ser deliberadas em até 15 (quinze) dias; e





II - aprovadas as indicações pelas comissões, os seus presidentes as farão constar de atas, que serão publicadas e encaminhadas aos órgãos executores em até 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV DAS EMENDAS INDIVIDUAIS

Art. 6° As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, em todas as suas modalidades, estarão sujeitas ao disposto no Capítulo V desta Lei Complementar.

Art. 7º No caso das emendas individuais impositivas previstas no inciso I do *caput* do art. 166-A da Constituição Federal, o autor da emenda deverá informar o objeto e o valor da transferência no momento da indicação do ente beneficiado, com destinação preferencial para obras inacabadas de sua autoria.

Parágrafo único. Os recursos da União repassados aos demais entes por meio de transferências especiais ficam também sujeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União, nos termos de seu regimento interno.

Art. 8° O beneficiário das emendas individuais impositivas previstas no inciso I do caput do art. 166-A da Constituição Federal deverá indicar no sistema Transferegov.br ou em outro que vier a substituí-lo a agência bancária e a conta-corrente específica em que serão depositados os recursos, para que seja realizado o depósito e possibilitada a movimentação do conjunto dos recursos.

Parágrafo único. O Poder Executivo do ente beneficiário das transferências especiais, a que se refere





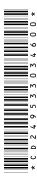
o inciso I do caput do art. 166-A da Constituição Federal, deverá comunicar ao respectivo Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas da União e aos tribunais de contas estaduais ou municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor do recurso recebido, o respectivo plano de trabalho e o cronograma de execução, do que dará ampla publicidade.

Art. 9° As transferências especiais destinadas aos entes federativos em situação de calamidade ou de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal terão prioridade para execução.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES À DESPESA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- Art. 10. São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica para execução de emendas parlamentares:
- I incompatibilidade do objeto da despesa com finalidade ou atributos da ação orçamentária e respectivo subtítulo, bem como dos demais classificadores da despesa;
- II óbices cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro ou no prazo previsto na legislação aplicável;
- III ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;
- IV ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;





V - não comprovação, por parte de Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios que fiquem a cargo do empreendimento após sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para seu custeio, operação e manutenção;

VI - não comprovação da suficiência dos recursos orçamentários e financeiros para conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

VII - incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VIII - incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executor;

IX - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;

X - não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos;

XI - não realização de complementação ou de ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou de ajustes fora dos prazos previstos;

XII - desistência da proposta pelo proponente;

XIII - reprovação da proposta ou plano de trabalho;

XIV - insuficiência do valor priorizado para a execução orçamentária da proposta ou plano de trabalho;

XV - não indicação de instituição financeira e da conta específica para recebimento e movimentação de





recursos de transferências especiais pelo ente federado beneficiário no sistema Transferegov.br ou em outro que vier a substituí-lo;

XVI - omissão ou erro na indicação de beneficiário pelo autor da emenda impositiva individual ou de bancada estadual;

XVII - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondente ao do beneficiário;

XVIII - incompatibilidade do beneficiário com o subtítulo da programação orçamentária da emenda;

XIX - inobservância da aplicação mínima obrigatória de 70% (setenta por cento) em despesas de capital nas transferências especiais, por autor;

XX - atendimento do objeto da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício financeiro, observado que o impedimento incidirá sobre os saldos remanescentes;

XXI - impossibilidade de atendimento do objeto da programação orçamentária aprovada, ou de uma etapa útil do projeto, em decorrência de insuficiência de dotação orçamentária disponível;

XXII - não observância da legislação aplicável ou incompatibilidade das despesas com a política pública setorial e com os critérios técnicos que a consubstanciam;

XXIII - incompatibilidade, devidamente justificada, com o disposto no art. 37 da Constituição Federal;

XXIV - alocação de recursos em programação de natureza não discricionária;





XXV - ausência de indicação, pelo autor da emenda, do objeto a ser executado, no caso das transferências especiais;

XXVI - indicação, no caso de transferências especiais, de objeto com valor inferior ao montante mínimo para celebração de convênios e de contrato de repasses previsto no regulamento específico do tema; e

XXVII - outras hipóteses previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

- § 1° Caberá à área técnica de cada órgão ou ente executor identificar e formalizar a existência de qualquer impedimento de ordem técnica, sob pena de responsabilidade.
- § 2° Formalizada a identificação de impedimento de ordem técnica, caberá ao órgão ou ente executor da emenda analisá-lo e determinar diligências com vistas a assegurar a execução da emenda parlamentar mediante a regularização do impedimento, sempre que possível.
- § 3º Nos casos previstos nos incisos III e IV do caput deste artigo, será realizado o empenho das programações, e a licença ambiental e o projeto de engenharia deverão ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva.
- Art. 11. Fica estabelecido limite de crescimento das emendas parlamentares aos projetos de lei orçamentária anual, em observância aos princípios da separação de poderes e da responsabilidade fiscal.
- § 1° 0 limite de que trata o *caput* deste artigo compreende todas as emendas parlamentares nos projetos de lei orçamentária anual em despesas primárias, ressalvadas





aquelas previstas na alínea a do inciso III do § 3° do art. 166 da Constituição Federal.

- § 2º Para efeito do limite de que trata o caput deste artigo, as emendas parlamentares em despesas discricionárias serão discriminadas na lei orçamentária anual com identificadores próprios, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.
- § 3° Para o exercício de 2025, o limite será fixado no montante dos limites previstos nos §§ 9° e 12 do art. 166 da Constituição Federal, adicionado do valor de R\$ 11.500.000.000,00 (onze bilhões e quinhentos milhões de reais) para as emendas não impositivas.
- § 4° A partir do exercício de 2026, os limites corresponderão:
- I ao limite do exercício imediatamente anterior para as despesas de que tratam os §§ 9° e 12 do art. 166 da Constituição Federal, atualizado pela correção do limite de despesa primária de que trata o art. 4° da Lei Complementar n° 200, de 30 de agosto de 2023; e
- II ao limite do exercício imediatamente anterior para emendas não impositivas, atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerados os valores apurados no período de 12 (doze) meses encerrado em junho do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual.
- Art. 12. Fica autorizado o contingenciamento de dotações de emendas parlamentares até a mesma proporção







aplicada às demais despesas discricionárias, com vistas a atender ao disposto nas normas fiscais vigentes.

Parágrafo único. O contingenciamento de que trata o caput deste artigo observará as prioridades especificadas pelo Poder Executivo.

Art. 13. O limite de que trata o art. 11 não afasta o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal e a observância dos impedimentos de ordem técnica constantes do art. 10 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. É vedada a imposição de regra, restrição ou impedimento às emendas parlamentares que não sejam aplicáveis às programações orçamentárias discricionárias do Poder Executivo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Para o orçamento de 2025, políticas públicas executores de publicarão portarias, em até 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei Complementar, com os critérios e as orientações para a programações de execução das interesse nacional ou regional, que deverão ser observados em todas as programações discricionárias do Poder Executivo.

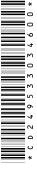
Sala das Sessões, em 5 de novembro de 2024.

Deputado ELMAR NASCIMENTO





Relator





Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º A proposição e a execução das emendas parlamentares à despesa, no âmbito da lei orçamentária anual da União, observarão o disposto nesta Lei Complementar, nos termos dos incisos I e III do § 9º do art. 165 da Constituição Federal.

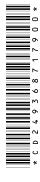
Parágrafo único. O regramento disposto nesta Lei Complementar é imperativo para as leis orçamentárias previstas na Constituição Federal, bem como para a interpretação e a aplicação dos demais instrumentos normativos sobre a temática.

CAPÍTULO II DAS EMENDAS DE BANCADA

- **Art. 2º** As emendas de bancada estadual de que trata o § 12 do art. 166 da Constituição Federal somente poderão destinar recursos a projetos e ações estruturantes para a unidade da Federação representada pela bancada, sendo vedada a individualização de ações e projetos para atender a demandas ou a indicações de cada membro da bancada.
 - § 1º Os projetos e as ações estruturantes deverão observar o seguinte:
- I é vedada a designação genérica de programação que possa resultar na execução de projetos de investimentos de obras por múltiplos entes ou entidades, ressalvados os projetos para região metropolitana ou região integrada de desenvolvimento, cujas emendas deverão identificar de forma precisa o seu objeto;
- II são considerados projetos de investimentos estruturantes aqueles definidos na lei de diretrizes orçamentárias ou registrados nos termos do § 15 do art. 165 da Constituição Federal;
- III é admitida a destinação de recursos para outra unidade da Federação, desde que se trate de projetos de amplitude nacional.
- § 2º As demais ações e equipamentos públicos prioritários para a unidade da Federação representada pela bancada deverão observar o seguinte:



- I − é vedada a apresentação de emendas cuja programação possa resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de 1 (um) entes federativo ou entidade privada, ressalvadas as transferências para os fundos municipais de saúde;
- II é admitida a destinação de recursos para outra unidade da Federação, desde que se trate da matriz da entidade e que ela tenha sede em Estado diverso do Estado da bancada onde será realizada a aquisição de equipamentos ou a realização dos serviços.
- § 3º São consideradas ações prioritárias aquelas cujos recursos sejam destinados às seguintes políticas públicas:
 - I − de educação;
 - II de saneamento:
 - III de habitação;
 - IV de saúde;
 - V de adaptação às mudanças climáticas;
 - VI de transporte;
 - VII de infraestrutura hídrica;
 - VIII de infraestrutura para desenvolvimento regional;
 - IX de infraestrutura e desenvolvimento urbano;
 - X de segurança pública;
 - XI de turismo;
 - XII de esporte:
 - XIII de agropecuária e pesca;
 - XIV de ciência, tecnologia e inovação;
 - XV de comunicações;
 - XVI de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres;
 - XVII de defesa;
 - XVIII de direitos humanos, mulheres e igualdade racial;
 - XIX de cultura:
 - XX de assistência social:
- XXI outras políticas públicas, a serem definidas na lei de diretrizes orçamentárias do respectivo exercício.
- § 4º Na hipótese em que a programação da emenda de bancada seja divisível, não pode cada parte independente ser inferior a 10% (dez por cento) do valor da emenda, salvo para atendimento a ações e serviços públicos de saúde.
 - § 5° Considera-se parte independente:
- I a compra de equipamentos e material permanente por um mesmo ente federativo;
- II a compra de equipamentos e material permanente, desde que possa ser executada na mesma ação orçamentária;
- III as despesas com custeio, desde que possam ser executadas na mesma ação orçamentária.



- § 6º Os órgãos e unidades executores de políticas públicas publicarão emportarias dos respectivos órgãos, até 30 de setembro do exercício anterior ao que se refere lei orçamentária anual:
- I os projetos de investimento, por Estado ou pelo Distrito Federal, com as estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira;
- II os critérios e as orientações para a execução dos projetos e das ações prioritárias, que deverão ser observados em todas as programações discricionárias do Poder Executivo.
- § 7º Os Estados e o Distrito Federal poderão encaminhar à comissão mista prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal plano de modernização e renovação de obras e equipamentos, com as estimativas de custos e quantitativos para seus Municípios e entidades públicas.
- § 8º Compete à respectiva bancada estadual enviar as informações de custo, o objeto e a localização geográfica dos projetos e das ações ao Poder Executivo para a promoção do registro de que trata o § 15 do art. 165 da Constituição Federal.
- **Art. 3º** Serão apresentadas e aprovadas por bancada estadual até 10 (dez) emendas.
- § 1º É vedada a individualização de emenda ou de programação para atender a demanda ou a indicação de cada membro da bancada.
- § 2º As indicações serão de responsabilidade da bancada, mediante registro em ata, e deverão ser encaminhadas aos órgãos executores e publicadas pela comissão mista prevista no § 1º do art. 166 da Constituição Federal.
- § 3º Em conformidade com o disposto no § 20 do art. 166 da Constituição Federal, não serão computadas no limite de que trata o **caput** deste artigo as emendas de bancada estadual, até o máximo de 3 (três) emendas, que se destinem à continuidade de obras já iniciadas, até sua conclusão, desde que tenham objeto certo e determinado e constem do registro de que trata o § 15 do art. 165 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III DAS EMENDAS DE COMISSÃO

- **Art. 4º** Somente poderão apresentar emendas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, observadas suas competências regimentais, para ações orçamentárias de interesse nacional ou regional.
- § 1º As emendas de que trata o **caput** deste artigo deverão identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar ações orçamentárias distintas.
- § 2º Os órgãos e unidades executores de políticas públicas publicarão em portarias do respectivo órgão, até 30 de setembro do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual, os critérios e as orientações para a execução das programações de interesse nacional ou regional, que deverão ser observados em todas as programações discricionárias do Poder Executivo.



Art. 5º As indicações das comissões, nos termos regimentais, terão o seguinterito:

- I após a publicação da lei orçamentária anual, cada comissão receberá as propostas de indicação dos líderes partidários, ouvida a respectiva bancada partidária, as quais deverão ser deliberadas em até 15 (quinze) dias;
- II aprovadas as indicações pelas comissões, seus presidentes as farão constar de atas, que serão publicadas e encaminhadas aos órgãos executores em até 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV DAS EMENDAS INDIVIDUAIS

- **Art. 6º** As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, em todas as suas modalidades, estarão sujeitas ao disposto no Capítulo V desta Lei Complementar.
- **Art.** 7º No caso das emendas individuais impositivas previstas no inciso I do **caput** do art. 166-A da Constituição Federal, o autor da emenda deverá informar o objeto e o valor da transferência no momento da indicação do ente beneficiado, com destinação preferencial para obras inacabadas.

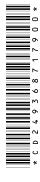
Parágrafo único. Os recursos da União repassados aos demais entes por meio de transferências especiais ficam também sujeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União, nos termos de seu regimento interno.

- **Art. 8º** O beneficiário das emendas individuais impositivas previstas no inciso I do **caput** do art. 166-A da Constituição Federal deverá indicar no sistema Transferegov.br, ou em outro que vier a substituí-lo, a agência bancária e a conta-corrente específica em que serão depositados os recursos, para que seja realizado o depósito e possibilitada a movimentação do conjunto dos recursos.
- § 1º O Poder Executivo do ente beneficiário das transferências especiais, a que se refere o inciso I do **caput** do art. 166-A da Constituição Federal, deverá comunicar ao respectivo Poder Legislativo, ao Tribunal de Contas da União e aos tribunais de contas estaduais ou municipais, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor do recurso recebido, o respectivo plano de trabalho e o cronograma de execução, do que dará ampla publicidade.
- § 2º Verificadas eventuais inconsistências no plano de trabalho, os órgãos de fiscalização e controle poderão indicar as adequações necessárias.
- **Art. 9º** As transferências especiais destinadas aos entes federativos em situação de calamidade ou de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal terão prioridade para execução.



CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES À DESPESA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- **Art. 10.** São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica para execução de emendas parlamentares, exclusivamente:
- I incompatibilidade do objeto da despesa com finalidade ou atributos da ação orçamentária e respectivo subtítulo, bem como dos demais classificadores da despesa;
- II óbices cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro ou no prazo previsto na legislação aplicável;
- III ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;
 - IV ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
- V não comprovação, por parte de Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios que fiquem a cargo do empreendimento após sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para seu custeio, operação e manutenção;
- VI não comprovação da suficiência dos recursos orçamentários e financeiros para conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;
- VII incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;
- VIII incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou ente executor;
- IX ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária;
- X não apresentação de proposta ou plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos;
- XI não realização de complementação ou de ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho, bem como realização de complementação ou de ajustes fora dos prazos previstos;
 - XII desistência da proposta pelo proponente;
 - XIII reprovação da proposta ou plano de trabalho;
- XIV insuficiência do valor priorizado para a execução orçamentária da proposta ou plano de trabalho;
- XV não indicação de instituição financeira e da conta específica para recebimento e movimentação de recursos de transferências especiais pelo ente federado beneficiário no sistema Transferegov.br ou em outro que vier a substituí-lo;
- XVI omissão ou erro na indicação de beneficiário pelo autor da emenda impositiva individual ou de bancada estadual;
- XVII inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondente à do beneficiário;



- XVIII incompatibilidade do beneficiário com o subtítulo da programação orçamentária da emenda;
- XIX inobservância da aplicação mínima obrigatória de 70% (setenta por cento em despesas de capital nas transferências especiais, por autor;
- XX atendimento do objeto da programação orçamentária com recursos inferiores ao valor da dotação aprovada para o exercício financeiro, observado que o impedimento incidirá sobre os saldos remanescentes;
- XXI impossibilidade de atendimento do objeto da programação orçamentária aprovada, ou de uma etapa útil do projeto, em decorrência de insuficiência de dotação orçamentária disponível;
- XXII não observância da legislação aplicável ou incompatibilidade das despesas com a política pública setorial e com os critérios técnicos que a consubstanciam;
- XXIII incompatibilidade, devidamente justificada, com o disposto no art. 37 da Constituição Federal;
 - XXIV alocação de recursos em programação de natureza não discricionária;
- XXV ausência de indicação, pelo autor da emenda, do objeto a ser executado, no caso das transferências especiais;
- XXVI indicação, no caso de transferências especiais, de objeto com valor inferior ao montante mínimo para celebração de convênios e de contrato de repasses previsto no regulamento específico do tema; e
 - XXVII outras hipóteses previstas na lei de diretrizes orçamentárias.
- § 1º Caberá à área técnica de cada órgão ou ente executor identificar e formalizar existência de qualquer impedimento de ordem técnica, sob pena de responsabilidade.
- § 2º Formalizada a identificação de impedimento de ordem técnica, caberá ao órgão ou ente executor da emenda analisá-lo e determinar diligências com vistas a assegurar a execução da emenda parlamentar mediante a regularização do impedimento, sempre que possível.
- § 3º Nos casos previstos nos incisos III e IV do **caput** deste artigo, será realizado o empenho das programações, e a licença ambiental e o projeto de engenharia deverão ser providenciados no prazo para resolução da cláusula suspensiva.
- **Art. 11.** Fica estabelecido limite de crescimento das emendas parlamentares aos projetos de lei orçamentária anual, em observância aos princípios da separação de poderes e da responsabilidade fiscal.
- § 1º O limite de que trata o **caput** compreende todas as emendas parlamentares nos projetos de lei orçamentária anual em despesas primárias, ressalvadas aquelas previstas na alínea "a" do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal e o disposto no § 5°.
- § 2º Para efeito do limite de que trata o **caput**, as emendas parlamentares em despesas discricionárias serão discriminadas na lei orçamentária anual com identificadores próprios, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, sendo vedada a realização de emendas em despesas discricionárias do Poder Executivo, ressalvadas aquelas previstas na alínea "a" do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal e o disposto no § 5º.



- § 3º Para o exercício de 2025, o limite será fixado no montante dos limites previstos nos §§ 9º e 12 do art. 166 da Constituição Federal, adicionado do valor de R\$ 11.500.000,000,000 (onze bilhões e quinhentos milhões de reais) para as emendas não impositivas.
 - § 4º A partir do exercício de 2026, os limites corresponderão:
- I- ao limite do exercício imediatamente anterior para as despesas de que tratam os §§ 9° e 12 do art. 166 da Constituição Federal, atualizado pela correção do limite de despesa primária de que trata o art. 4° da Lei Complementar n° 200, de 30 de agosto de 2023; e
- II ao limite do exercício imediatamente anterior para emendas não impositivas, atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerados os valores apurados no período de 12 (doze) meses encerrado em junho do exercício anterior àquele ao qual se refere a lei orçamentária anual.
- § 5° O disposto neste artigo não é aplicável às emendas parlamentares de modificação de que trata o art. 166, § 3°, inciso II, da Constituição Federal, desde que, cumulativamente:
 - I incidam sobre despesas não identificadas nos termos do § 2°;
- II sejam de interesse nacional e não contenham localização específica na programação orçamentária, exceto na hipótese de programação com localização especificada constante do projeto de lei orçamentária anual;
- III não contenham destinatário específico, exceto na hipótese de programação com destinação específicada constante do projeto de lei orçamentária anual.
- **Art. 12.** É autorizado o contingenciamento de dotações de emendas parlamentares até a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias, com vistas a atender ao disposto nas normas fiscais vigentes.

Parágrafo único. O contingenciamento de que trata o **caput** necessariamente observará as prioridades elencadas pelo Poder Legislativo.

Art. 13. O limite de que trata o art. 11 desta Lei Complementar não afasta o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal nem a observância dos impedimentos de ordem técnica constantes no art. 10 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 14.** É vedada a imposição de regra, restrição ou impedimento às emendas parlamentares que não sejam aplicáveis às programações orçamentárias discricionárias do Poder Executivo.
- **Art. 15.** Para o orçamento de 2025, os órgãos executores de políticas públicas publicarão portarias, em até 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei Complementar, com os critérios e as orientações para a execução das programações a que se referem os

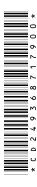


Capítulos II e III desta Lei Complementar, que deverão ser observados em todas programações discricionárias do Poder Executivo.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de novembro de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco Presidente do Senado Federal





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-
DA REPÚBLICA	1005;1988
FEDERATIVA DO	
BRASIL	
LEI	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2012/leicomplementar141-
COMPLEMENTAR	<u>13-janeiro-2012-612270-norma-pl.html</u>
Nº 141, DE 13 DE	
JANEIRO DE 2012	
LEI	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2023/leicomplementar200-
COMPLEMENTAR	<u>30-agosto-2023-794631-norma-pl.html</u>
N° 200, DE 30 DE	
AGOSTO DE 2023	

FIM DO DOCUMENTO